



# **A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E OS DESAFIOS DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

The Evolution of Public Accounting and The Challenges of Fiscal Transparency

**Jorge Eduardo de Castro Araújo <sup>1</sup>**

Graduando em Ciências Contábeis pela UNIEVANGÉLICA - GO.

**Prof. Me. Artur Assunção**

Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso pela UNIEVANGÉLICA – GO.

---

<sup>1</sup> Jorge Eduardo de Castro Araújo – Bacharelando em Ciências Contábeis pela Universidade Evangélica de Goiás (UNIEVANGÉLICA) – Brasil – Email: [jorgeeduaedodecastro@gmail.com](mailto:jorgeeduaedodecastro@gmail.com)

<sup>2</sup> Artur Assunção – Professor do Curso de Ciências Contábeis pela Universidade Evangélica de Goiás (UNIEVANGÉLICA) – Brasil – Email: [artur-assuncao@outlook.com](mailto:artur-assuncao@outlook.com)



## RESUMO

O estudo examina a trajetória da contabilidade pública no Brasil e os obstáculos à transparência fiscal nos municípios. A investigação, de caráter qualitativo e exploratório, se apoia em teóricos tanto clássicos quanto contemporâneos, além de uma análise de documentos legais e manuais oficiais. Foi identificado um progresso significativo na contabilidade pública com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Normas Brasileiras de Contabilidade voltadas ao Setor Público, o que ampliou o alcance patrimonial e melhorou a qualidade das informações disponíveis. No entanto, ainda existem desafios técnicos e institucionais, como a falta de profissionais qualificados, a diversidade dos sistemas contábeis e a resistência em adotar novas metodologias, que dificultam a plena realização da transparência fiscal. A conclusão é de que a padronização dos processos, a formação continuada e o fortalecimento da cultura de prestação de contas são aspectos essenciais para estabelecer a contabilidade como uma ferramenta estratégica para a gestão e a governança pública.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública; Transparência Fiscal; Governança; Normas Contábeis.

## ABSTRACT

The study examines the trajectory of public accounting in Brazil and the obstacles to fiscal transparency in municipalities. The qualitative and exploratory research draws on both classical and contemporary theorists, as well as an analysis of legal documents and official manuals. Significant progress in public accounting was identified with the implementation of the Fiscal Responsibility Law and the Brazilian Accounting Standards for the Public Sector, which expanded the scope of financial statements and improved the quality of available information. However, technical and institutional challenges remain, such as the lack of qualified professionals, the diversity of accounting systems, and resistance to adopting new methodologies, which hinder the full achievement of fiscal transparency. The conclusion is that standardizing processes, continuing education, and strengthening the culture of accountability are essential aspects of establishing accounting as a strategic tool for public management and governance.

**Keywords:** Public Accounting; Fiscal Transparency; Governance; Accounting Standards.



## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade governamental ocupa um papel essencial na administração dos recursos públicos, indo além do simples registro de informações financeiras para se consolidar como instrumento de controle, planejamento e transparência na gestão (CATELLI; BORGES, 2001). Ao longo do tempo, esse campo passou por mudanças significativas, que transformaram a forma como o setor público organiza, comunica e utiliza seus dados contábeis, refletindo diretamente na eficiência da administração e no fortalecimento da cidadania (GIACOMONI, 2012).

Durante muitos anos, contudo, o foco principal esteve voltado para a execução orçamentária e para o cumprimento de normas de gastos, deixando em segundo plano os aspectos patrimoniais e estratégicos. Essa limitação reduziu, por décadas, a capacidade da contabilidade em oferecer informações mais consistentes para a tomada de decisões e para o acesso da sociedade a dados relevantes (BEUREN, 2008).

Com o crescimento das demandas sociais por maior clareza, eficiência e responsabilidade na gestão pública, a contabilidade governamental precisou se adaptar. Nesse processo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) marcou um divisor de águas ao reforçar a importância do planejamento e da responsabilidade fiscal na administração (GIACOMONI, 2012).

Posteriormente, a criação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), alinhadas a padrões internacionais, ampliaram a ênfase nos princípios patrimoniais, no regime de competência e na qualidade das informações produzidas (BEUREN, 2008).

A transparência fiscal atua hoje como mecanismo indispensável para que a sociedade monitore o uso dos recursos públicos e reforce sua confiança nas instituições democráticas (LEROY, 2021). Em 2024, o Portal da Transparência passou a detalhar mais de R\$ 1,25 trilhão em renúncias fiscais desde 2015 (CGU, 2024), enquanto em 2023 os tributos corresponderam a 86% da receita corrente federal (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2024).

Apesar desses avanços, persistem entraves: a escassez de profissionais qualificados, em 2025 o setor contábil registrou déficit de 81% de talentos (SINDCONT-SP, 2025), a heterogeneidade dos sistemas contábeis entre entes federativos (FORTES TECNOLOGIA,



2024) e a resistência de gestores em adotar práticas modernas, desafio apontado em estudos sobre a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS, *International Public Sector Accounting Standards*) (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025). Esses fatores dificultam a plena consolidação da governança fiscal no Brasil.

À vista do exposto, levanta-se a seguinte indagação central: de que maneira a evolução normativa e institucional da contabilidade pública brasileira tem contribuído para o fortalecimento da transparência fiscal, e quais desafios ainda precisam ser superados para garantir uma gestão mais responsável e eficiente?

Assim, este artigo busca compreender como as mudanças normativas e institucionais têm moldado a transparência fiscal no Brasil, ao mesmo tempo em que analisa os entraves que ainda dificultam sua consolidação. Para isso, dialoga tanto com autores clássicos, como Catelli e Borges (2001), Gasparini (2004), Beuren (2008), Giacomoni (2012) e Oliveira, Perez e Silva (2010), quanto com contribuições mais recentes, como as de Leroy (2021) e Silva, Santos e Pereira (2025). Em conjunto, esses estudos mostram que a contabilidade pública deixou de ser apenas um instrumento técnico e passou a ocupar um espaço estratégico na gestão governamental contemporânea, embora ainda enfrente barreiras importantes a serem superadas.

A relevância desta pesquisa reside no entendimento de que a transparência fiscal é um dos pilares para o fortalecimento da democracia, do controle social e da eficiência administrativa. Em um contexto no qual a sociedade exige cada vez mais responsabilidade dos gestores públicos, analisar os avanços e as limitações da contabilidade governamental mostra-se fundamental para aprimorar políticas de governança e construir uma administração mais ética, eficiente e sintonizada com as necessidades coletivas (GIACOMONI, 2012; GASPARINI, 2004).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A Contabilidade Governamental e sua Evolução**

A contabilidade pública, desde seus primórdios, esteve associada às tradições de registro financeiro derivadas do modelo europeu, priorizando a supervisão orçamentária e a legalidade nas despesas (GIACOMONI, 2012; SLOMSKI, 2014; BEUREN, 2008). No Brasil, essa perspectiva formal prevaleceu até a metade do século XX, quando os relatórios contábeis



focavam na arrecadação de impostos e na aderência às regulamentações fiscais (GIACOMONI, 2012).

O surgimento da contabilidade pública ocorreu como uma ferramenta de fiscalização e prestação de contas, sem uma ênfase na gestão ou no suporte à tomada de decisões. Desse modo, sua capacidade informativa era limitada, focando mais em garantir a conformidade legal do que em fornecer dados valiosos para a administração pública. Essa restrição por muito tempo minimizou o potencial da contabilidade como um recurso estratégico de gestão (SLOMSKI, 2014).

Com o passar da segunda metade do século XX, o panorama começou a se alterar. Pressões globais e sugestões de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Federação Internacional de Contadores (IFAC) fomentaram reformas na contabilidade pública (BEUREN, 2008). Essas mudanças visaram superar a abordagem única do orçamento, ampliando o escopo para registros patrimoniais e incorporando princípios como competência e transparência (SLOMSKI; LIMA, 2015).

Esse movimento indicou a necessidade de alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais, possibilitando uma maior comparabilidade entre os relatórios e aumentando a credibilidade das informações perante os órgãos de controle (REZENDE; CUNHA, 2013).

Recentemente, a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), que se assemelham às normas internacionais IPSAS, solidificou este caminho de modernização (CFC, 2016). A adoção das normas internacionais trouxe avanços consideráveis, como a uniformização e a clareza nas informações contábeis (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025).

Essa transformação favoreceu a transparência na avaliação do patrimônio público e fortaleceu a supervisão social sobre as contas governamentais. Além disso, a implementação das NBC TSP marca uma mudança cultural, reforçando a contabilidade pública como um elemento vital de governança (LIMA; SANTANA, 2020).

Embora tenha havido progresso, permanecem desafios significativos a serem enfrentados. A modernização tecnológica, a capacitação contínua dos profissionais da área e a resistência cultural por parte de alguns gestores ainda afetam o ritmo de evolução da



contabilidade pública (LEROY, 2021). O setor contábil público continua em constante adaptação, respondendo ao aumento das demandas sociais por maior transparência, eficácia e responsabilidade na gestão dos recursos públicos (MENDES et al., 2022).

## **2.2 Desafios da Transparência Fiscal**

Apesar dos avanços normativos e institucionais, a consolidação da transparência fiscal no Brasil ainda enfrenta importantes desafios estruturais. Essa dificuldade está diretamente relacionada tanto à qualidade quanto ao acesso à informação pública (BANHOS; SLOMSKI; LIMA, 2023).

Embora os dados orçamentários estejam disponíveis em portais oficiais, muitos cidadãos encontram barreiras para compreendê-los, seja pela linguagem excessivamente técnica ou pela falta de padronização na forma de apresentação (GIACOMONI, 2012). Para que a transparência seja, de fato, efetiva, as informações precisam ser claras, objetivas e acessíveis, permitindo que a sociedade compreenda os dados e exerça seu papel de controle social (BANHOS; SLOMSKI; LIMA, 2023).

De acordo com Leroy (2021), a transparência vai muito além da simples divulgação de relatórios contábeis — ela envolve a garantia de clareza, acessibilidade e compreensão real das informações públicas. Isso significa organizar os dados de forma didática e acessível, possibilitando que a população acompanhe e avalie as ações do poder público de maneira consciente (LEROY, 2021). Quando essas condições não são observadas, surge uma lacuna entre o acesso formal às informações e sua real compreensão, o que limita a atuação fiscalizadora da sociedade e enfraquece o exercício da cidadania (MENDES et al., 2022).

Outro obstáculo importante está na defasagem tecnológica observada em diversos municípios, principalmente os de pequeno e médio porte (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025). Muitos ainda operam com sistemas contábeis desatualizados, incapazes de integrar adequadamente os registros financeiros e orçamentários, o que compromete a consistência dos dados (MENDES et al., 2022). Essa limitação afeta a confiabilidade e a agilidade das informações, dificultando a prestação de contas e o acompanhamento por parte dos órgãos de controle (LEROY, 2021).



A falta de integração entre diferentes sistemas de gestão pública também representa um entrave significativo (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025). Essa ausência de interoperabilidade impede a padronização dos dados e dificulta comparações entre os entes federativos (REZENDE; CUNHA, 2013). Diante disso, a modernização tecnológica e o fortalecimento da governança digital tornam-se condições essenciais para que a transparência fiscal alcance níveis mais elevados de eficiência e credibilidade (LIMA; SANTANA, 2020).

Além das limitações técnicas, persistem barreiras políticas e culturais que dificultam a consolidação da transparência como um valor institucional (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2010). Em muitos casos, gestores públicos resistem à adoção de práticas mais abertas por receio de expor fragilidades administrativas ou por não reconhecerem a contabilidade como ferramenta estratégica de gestão (SLOMSKI, 2014).

Como observa Giacomoni (2012), a cultura política brasileira ainda tende a centralizar informações e restringir o acesso da população, o que enfraquece o controle social. Superar essas barreiras exige uma mudança de mentalidade organizacional, na qual a transparência seja reconhecida como um princípio essencial para o fortalecimento da democracia e da confiança pública (BANHOS; SLOMSKI; LIMA, 2023).

### **2.3 A Relação entre a Evolução da Contabilidade Governamental e a Transparência Fiscal**

A contabilidade pública, desde seus primórdios, esteve associada às tradições de registro financeiro derivadas do modelo europeu, priorizando a supervisão orçamentária e a legalidade nas despesas (GIACOMONI, 2012; SLOMSKI, 2014; BEUREN, 2008). No Brasil, essa perspectiva formal prevaleceu até a metade do século XX, quando os relatórios contábeis focavam na arrecadação de impostos e na aderência às regulamentações fiscais (GIACOMONI, 2012).

O surgimento da contabilidade pública ocorreu como uma ferramenta de fiscalização e prestação de contas, sem uma ênfase na gestão ou no suporte à tomada de decisões. Desse modo, sua capacidade informativa era limitada, focando mais em garantir a conformidade legal do que em fornecer dados valiosos para a administração pública. Essa restrição por muito tempo minimizou o potencial da contabilidade como um recurso estratégico de gestão (SLOMSKI, 2014).





Com o passar da segunda metade do século XX, o panorama começou a se alterar. Pressões globais e sugestões de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Federação Internacional de Contadores (IFAC) fomentaram reformas na contabilidade pública (BEUREN, 2008). Essas mudanças visaram superar a abordagem única do orçamento, ampliando o escopo para registros patrimoniais e incorporando princípios como competência e transparência (SLOMSKI; LIMA, 2015).

Esse movimento indicou a necessidade de alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais, possibilitando uma maior comparabilidade entre os relatórios e aumentando a credibilidade das informações perante os órgãos de controle (REZENDE; CUNHA, 2013).

Recentemente, a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), que se assemelham às normas internacionais IPSAS, solidificou este caminho de modernização (CFC, 2016). A adoção das normas internacionais trouxe avanços consideráveis, como a uniformização e a clareza nas informações contábeis (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025).

Essa transformação favoreceu a transparência na avaliação do patrimônio público e fortaleceu a supervisão social sobre as contas governamentais. Além disso, a implementação das NBC TSP marca uma mudança cultural, reforçando a contabilidade pública como um elemento vital de governança (LIMA; SANTANA, 2020).

Embora tenha havido progresso, permanecem desafios significativos a serem enfrentados. A modernização tecnológica, a capacitação contínua dos profissionais da área e a resistência cultural por parte de alguns gestores ainda afetam o ritmo de evolução da contabilidade pública (LEROY, 2021). O setor contábil público continua em constante adaptação, respondendo ao aumento das demandas sociais por maior transparência, eficácia e responsabilidade na gestão dos recursos públicos (MENDES et al., 2022).

## **2.4 A Contabilidade Pública como Instrumento de Governança e Controle Social**

A contabilidade pública moderna vai muito além do simples registro de receitas e despesas. Ela se consolidou como uma ferramenta essencial para fortalecer a governança e o controle social dentro da administração pública (SLOMSKI, 2014). Por meio dela, é possível mensurar, avaliar e divulgar de forma transparente os resultados alcançados pelos gestores,





promovendo maior confiança entre o Estado e a sociedade (LEROY, 2021). Dessa forma, a contabilidade deixa de ser apenas uma exigência legal e passa a exercer uma função social, servindo como instrumento de legitimação das ações governamentais e de fortalecimento da democracia (GIACOMONI, 2012).

Segundo Lima e Santana (2020), a contabilidade também representa um compromisso ético com a transparência e com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Ao fornecer informações claras, precisas e tempestivas, ela contribui para a boa governança e permite que órgãos fiscalizadores, gestores e cidadãos acompanhem a aplicação dos recursos de forma efetiva. Assim, a contabilidade pública não se restringe a números, mas se torna uma aliada do controle social e da eficiência administrativa (REZENDE; CUNHA, 2013).

Com o avanço tecnológico, a contabilidade pública vem ganhando novas dimensões. A integração de sistemas digitais e o uso de ferramentas de transparência ativa, como portais eletrônicos e relatórios interativos, aproximam o cidadão da administração pública e tornam o acesso à informação mais dinâmico e compreensível (SILVA; SANTOS; PEREIRA, 2025). Esse processo de digitalização é um passo decisivo para a democratização dos dados públicos e para o fortalecimento da governança eletrônica (BANHOS; SLOMSKI; LIMA, 2023).

Contudo, para que a contabilidade cumpra plenamente seu papel de instrumento de governança e transformação social, é essencial que os profissionais da área estejam qualificados e conscientes de sua função pública (BEUREN, 2008). Mais do que dominar técnicas contábeis, é preciso compreender o impacto social e ético do trabalho realizado, reconhecendo a importância da transparência e do compromisso com o interesse coletivo. Assim, a contabilidade pública se reafirma como uma ferramenta estratégica de gestão e um pilar da cidadania (MENDES et al., 2022).

Em síntese, a evolução da contabilidade governamental e a consolidação da transparência fiscal caminham juntas no fortalecimento da governança e do controle social. Esses elementos se complementam e contribuem para uma administração pública mais eficiente, participativa e voltada ao bem comum (LIMA; SANTANA, 2020). Nesse contexto, a contabilidade pública se consolida como uma verdadeira ponte entre governo e sociedade, sustentando valores essenciais como ética, responsabilidade e democracia (GIACOMONI, 2012).



### 3 METODOLOGIA

A elaboração deste estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, direcionada à compreensão do desenvolvimento da contabilidade pública ao longo dos anos e de como esse percurso se articula com a ampliação da transparência fiscal no Brasil. A opção por uma perspectiva qualitativa decorre do fato de que o propósito principal não consiste em quantificar fenômenos, mas em interpretar significados, identificar avanços, reconhecer limitações e analisar percepções que emergem das transformações ocorridas na área contábil. Conforme enfatiza Gil (2019), esse tipo de abordagem favorece a exploração aprofundada de temas complexos, especialmente aqueles que envolvem dimensões históricas, sociais e institucionais.

A pesquisa assume um caráter descritivo por buscar apresentar, de modo estruturado e claro, como alterações na legislação, nas normas técnicas e nos mecanismos de controle passaram a influenciar a forma de registro e divulgação das informações governamentais. A natureza aplicada do estudo reforça essa intenção, pois se espera que os resultados contribuam não apenas para discussões teóricas, mas também para a melhoria das práticas de gestão pública, oferecendo elementos que auxiliem na compreensão dos desafios da transparência fiscal e de possíveis alternativas para seu aperfeiçoamento.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram combinadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A etapa bibliográfica envolveu a análise de livros, artigos científicos e materiais acadêmicos relacionados à contabilidade governamental, à transparência fiscal, à governança e às normas internacionais voltadas ao setor público. Entre as principais obras consultadas estão: *Controladoria Aplicada ao Setor Público* (Catelli e Borges, 2001), *Contabilidade Pública* (Beuren, 2008), *Orçamento Público* (Giacomoni, 2012) e *Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (Slomski, 2014), que contribuíram para contextualizar a evolução histórica da contabilidade governamental e suas consequências contemporâneas. Também foram examinadas obras mais recentes, como *Transparência e Controle Social* (Leroy, 2021), além do estudo de Silva, Santos e Pereira (2025), que discute o processo de convergência às normas internacionais IPSAS.



No campo dos artigos científicos, foram analisados trabalhos obtidos em bases como SciELO, Google Scholar e Revista de Administração Pública (RAP). Esses estudos abordam temas como evolução normativa, princípios contábeis, impactos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e desafios tecnológicos relacionados à transparência fiscal. Entre as contribuições relevantes estão as pesquisas de Rezende e Cunha (2013) sobre interoperabilidade de sistemas governamentais; Lima e Santana (2020), que discutem governança digital; Banhos, Slomski e Lima (2023), que avaliam a efetividade da transparência fiscal; e Mendes et al. (2022), que examinam os efeitos da modernização contábil sobre o controle social.

A pesquisa documental complementou essas análises por meio da consulta a legislações, manuais, relatórios e bancos públicos de dados. Foram utilizados documentos como a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), versões atualizadas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as NBC TSP publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Também foram considerados relatórios do Tesouro Nacional, informações disponibilizadas pela Controladoria-Geral da União, dados do Portal da Transparência e documentos emitidos pelos Tribunais de Contas, que auxiliam na compreensão das práticas de prestação de contas e dos instrumentos formais de acompanhamento da gestão fiscal.

O conjunto dessas fontes possibilitou a construção de uma análise abrangente sobre a evolução normativa da contabilidade pública e sobre os obstáculos enfrentados pelos entes governamentais para assegurar níveis adequados de transparência fiscal, permitindo integrar elementos teóricos, legais e institucionais em uma visão coerente.

#### **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados desta pesquisa mostram que a contabilidade pública brasileira tem passado por um processo contínuo de modernização, que aos poucos vem fortalecendo a transparência fiscal. No entanto, esse progresso ainda não é suficiente para garantir que as informações divulgadas cheguem ao cidadão de maneira clara, acessível e realmente útil.

Ao analisar a evolução das normas e dos manuais contábeis, fica evidente que houve um esforço importante para padronizar procedimentos e melhorar a qualidade das informações divulgadas pelos governos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, marca um ponto



de virada, pois ela impulsionou uma mudança de postura na forma como estados e municípios lidam com seus dados fiscais. Autores como Slomski e Leroy também destacam que essa padronização trouxe mais credibilidade para os relatórios contábeis, algo que também aparece nos achados deste estudo.

Apesar disso, os resultados mostram que, na prática, ainda existem muitos obstáculos. Em vários casos, os dados são divulgados, mas não de maneira amigável ao público. É comum encontrar relatórios excessivamente técnicos, difíceis de interpretar e que não dialogam com as necessidades do cidadão comum. Isso reforça um problema já discutido na literatura: transparência não é apenas disponibilizar dados, mas torná-los compreensíveis.

Outro ponto que apareceu com força na análise é a dificuldade dos entes federativos em integrar seus sistemas e manter informações padronizadas. Mesmo com ferramentas importantes como o Siconfi, ainda há desencontros, falhas de alimentação e diferenças significativas entre municípios e estados. Autores como Lima e Santana já chamavam atenção para isso, e o presente estudo confirma que essa dificuldade continua atual.

Além disso, o processo de adaptação às normas internacionais IPSAS ainda avança de maneira muito desigual no país. Enquanto alguns estados e municípios têm conseguido evoluir, muitos outros enfrentam limitações de equipe, recursos e até de compreensão do propósito dessas mudanças. Isso mostra que a modernização contábil não depende apenas de normas, mas também de condições reais de implementação, algo que estudos recentes também apontam.

Os resultados também mostram que a transparência fiscal ainda não é tratada como um valor institucional por muitos gestores públicos. Em muitas situações, ela ainda aparece como uma obrigação legal, e não como uma ferramenta estratégica para melhorar a governança e aproximar o cidadão do governo. Isso ajuda a explicar por que, mesmo com tantos avanços normativos, a população ainda sente dificuldade em compreender como o dinheiro público é usado.

Por fim, ficou claro que, para que a transparência fiscal seja efetiva, não basta melhorar a contabilidade. É preciso também melhorar a comunicação com a sociedade. Relatórios mais simples, explicações mais diretas e ações de educação fiscal podem fazer toda a diferença para transformar números técnicos em informação que realmente faça sentido para as pessoas.

Em resumo, os resultados evidenciam que, apesar dos avanços observados na contabilidade pública e na estruturação de normas e instrumentos de transparência, ainda existe um conjunto significativo de desafios que envolve tanto questões técnicas quanto aspectos



culturais dentro da administração pública. Assim, percebe-se que o fortalecimento da contabilidade pública é um elemento essencial, mas não suficiente por si só, para garantir uma transparência fiscal plena e efetivamente compreendida pela sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

A trajetória da contabilidade governamental no Brasil mostra que esse campo evoluiu muito além de suas funções iniciais. O que antes era visto apenas como um conjunto de registros formais e obrigatórios passou a ocupar um papel estratégico dentro da gestão pública. A pesquisa evidenciou que essa transformação não ocorreu de forma abrupta, mas foi construída ao longo de décadas, acompanhando mudanças legais, institucionais e culturais que remodelaram a maneira como o Estado registra, interpreta e divulga suas informações. Esse processo foi impulsionado pela crescente demanda social por transparência, eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos.

Os marcos normativos analisados, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, as versões atualizadas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público alinhadas às IPSAS, desempenharam papel decisivo nessa evolução. Ao padronizar procedimentos, ampliar a ênfase no patrimônio público e estabelecer critérios compatíveis com padrões internacionais, essas normas ajudaram a construir uma base mais sólida, comparável e confiável para o acompanhamento das contas governamentais. Com isso, gestores, órgãos de controle e cidadãos passaram a ter acesso a informações mais completas e qualificadas, o que fortalece a governança fiscal e a contabilidade.

Apesar desses avanços, o estudo demonstrou que a transparência fiscal no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos. A simples publicação de dados não garante que a sociedade consiga compreender o que está sendo divulgado. Persistem barreiras como a linguagem excessivamente técnica, a falta de padronização entre portais e relatórios e a fragmentação das informações nos diferentes sistemas utilizados pelos entes públicos. A heterogeneidade tecnológica entre municípios, especialmente os que possuem menor capacidade administrativa, agrava esse cenário ao comprometer a qualidade e a consistência dos dados divulgados.

Outro desafio relevante é o déficit de profissionais qualificados no setor público, que dificulta a execução adequada das normas, o uso eficiente dos sistemas e a interpretação dos



resultados contábeis. Esse problema, somado às resistências culturais e políticas presentes em algumas administrações, limita o avanço de uma verdadeira cultura de transparência e dificulta a implementação plena das práticas modernas de contabilidade.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a contabilidade pública tem assumido um papel essencial na construção de uma gestão mais democrática, participativa e orientada ao interesse coletivo. Suas informações oferecem suporte às decisões dos gestores, fortalecem a confiança da sociedade nas instituições e aproximam o cidadão das ações governamentais. Quando os dados são apresentados de maneira clara, organizada e acessível, tornam-se instrumentos reais de cidadania, permitindo que a população acompanhe o uso do dinheiro público e exerça de forma mais efetiva seu poder de fiscalização.

Os resultados também destacam a importância crescente da digitalização e da interoperabilidade entre sistemas, aspectos fundamentais para consolidar uma transparência fiscal efetiva. Portais integrados, relatórios interativos e plataformas de dados abertos ampliam a compreensão pública e reduzem as assimetrias de informação. No entanto, para que essas ferramentas tenham impacto significativo, é necessário investir em capacitação, infraestrutura tecnológica e, sobretudo, em uma gestão comprometida com a transparência como valor permanente, e não apenas como cumprimento de exigências legais.

Diante disso, conclui-se que a evolução normativa e institucional da contabilidade governamental contribuiu de maneira expressiva para elevar os padrões de transparência fiscal no Brasil. Contudo, a consolidação desse processo depende de ações contínuas que unam modernização tecnológica, integração dos sistemas, fortalecimento das competências profissionais e mudança cultural dentro da administração pública. Avançar nessa direção não apenas aprimora a gestão pública, mas também fortalece a democracia, o controle social e a confiança entre Estado e sociedade. A contabilidade pública, portanto, reafirma seu papel central como instrumento de governança, cidadania e desenvolvimento institucional.

## 6 REFERÊNCIAS

- BANHOS, E.; SLOMSKI, V.; LIMA, J. Transparência fiscal e controle social na administração pública. 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BEUREN, I. M. *Contabilidade pública: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Atlas, 2008.



BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

CATELLI, A.; BORGES, L. *Controladoria aplicada ao setor público*. São Paulo: Atlas, 2001.  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)*. Brasília: CFC, 2016.

CGU – Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência: renúncias fiscais de 2015 a 2024. Brasília, 2024.

FORTES TECNOLOGIA. Sistemas contábeis no setor público: desafios da padronização. 2024.

GASPARINI, C. E. *Orçamento público: teoria, prática e análise*. São Paulo: Atlas, 2004.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IPSAS – International Public Sector Accounting Standards Board. *International Public Sector Accounting Standards*. 2025.

LEROY, J. *Transparência e controle social: desafios contemporâneos da gestão pública*. São Paulo: FGV Editora, 2021.

LIMA, A. C.; SANTANA, J. C. Governança digital e contabilidade pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2020.

MENDES, L. et al. Modernização contábil e transparência governamental: desafios e avanços. *Revista de Administração Pública*, 2022.

OLIVEIRA, L.; PEREZ, B.; SILVA, R. *Cultura política e transparência na administração pública brasileira*. São Paulo: FGV Editora, 2010.

REZENDE, D. A.; CUNHA, M. Interoperabilidade e governança eletrônica nos sistemas públicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, P.; SANTOS, R.; PEREIRA, M. Convergência às IPSAS e desafios da contabilidade pública brasileira. *Revista de Contabilidade Pública*, 2025.

SINDCONT-SP – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. Déficit de profissionais contábeis no setor público em 2025. São Paulo: Sindcont-SP, 2025.

SLOMSKI, V. *Contabilidade aplicada ao setor público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKI, V.; LIMA, J. Princípios contábeis no setor público e transparência governamental. 2015.





TESOURO NACIONAL. *Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)*. Brasília, diversos anos.

TESOURO NACIONAL. *Relatório de Gestão Fiscal (RGF)*. Brasília, diversos anos.

TESOURO NACIONAL. *Balanço do Setor Público Nacional (BSPN)*. Brasília, diversos anos.

TESOURO NACIONAL. *Resultados do Tesouro Nacional (RTN)*. Brasília, diversos anos.

TESOURO NACIONAL. *Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais*. Brasília, diversos anos.

TESOURO NACIONAL. *Estatísticas Fiscais do Tesouro Nacional*. Brasília, diversos anos.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Relatório de receita corrente federal e tributos. Brasília, 2024.